

OF. SF Nº 3198 /2015

Brasília, 27 de agosto de 2015.

Senhor Presidente,

Em atendimento ao Requerimento nº 935, de 2015, aprovado na sessão plenária do dia 19 de agosto de 2015, que criou Comissão Especial para propor soluções que promovam o desenvolvimento nacional e estabeleceu que *“as proposições legislativas que tratem da promoção do desenvolvimento nacional sejam encaminhadas à Comissão Especial destinada a tratar do tema, sempre que possível apensadas, para sistematização e parecer”*, solicito que V.Ex^a. encaminhe as matérias relacionadas em anexo à Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, para as devidas providências.

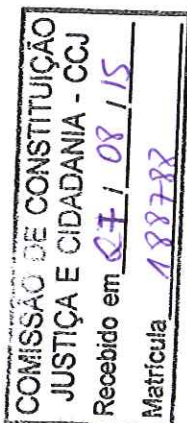
Atenciosamente,

Senador RENAN CALHEIROS
Presidente

Exmº Sr.

Senador JOSÉ MARANHÃO

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Senado Federal



3 EIXOS DA AGENDA BRASIL

Agenda Brasil	Proposição	Ementa	Autoria	Local
Educação	PEC 34/2014	Altera o art. 206 da Constituição Federal, para dispor sobre a obrigatoriedade de retribuição individual, mediante prestação de serviço à comunidade ou contribuição financeira, por parte dos egressos de instituições de educação superior pública ou dos que tiveram seus estudos em instituição privada custeados pelo Estado.	Senador Ruben Figueiró e outros	CCJ
Educação	PEC 53/2013	Altera o inciso VII do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para incrementar o percentual de complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação	Senador Delcídio do Amaral e outros	CCJ
Educação	PEC 36/2011	Institui o serviço civil obrigatório para egressos dos cursos de graduação das profissões de saúde regulamentadas.	Senador Humberto Costa e outros	CCJ
Trabalho e Emprego	PLS 300/2015	Dispõe sobre os contratos de terceirização de mão de obra e as relações de trabalho deles decorrentes.	Senador Marcelo Crivella	CCJ
Trabalho e Emprego	PLS 422/2012	Institui normas relativas ao controle, transparência e proteção ao trabalho na contratação de serviços terceirizados pela Administração Pública Federal.	Senador Rodrigo Rollemberg	CCJ
Saúde	PLS 303/2013	Dispõe sobre a destinação dos recursos recuperados por meio de ações judiciais para o Fundo Nacional de Saúde e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.	Senador Waldemir Moka	CCJ
Segurança Pública	PEC 33/2014	Altera os art. 23 e art. 24 da Constituição Federal para inserir a segurança pública entre as competências comuns da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.	Senador Ricardo Ferraço e outros	CCJ
Segurança Pública	PEC 26/2012	Altera os arts. 34, 144 e 167 da Constituição Federal, para assegurar os recursos mínimos nas ações e serviços de segurança pública e dispor sobre a instituição de programa de valorização e capacitação dos servidores policiais de segurança pública.	Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (SF)	CCJ
Segurança Pública	PLS 72/2014	Altera a Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2011, para constituir em auxílio financeiro para Estados, Distrito Federal e Municípios sessenta por cento da dotação orçamentária anual do Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP.	Senador Ricardo Ferraço	CCJ
Ciência e Tecnologia	PLC 77/2015	Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação, nos termos da Emenda Constitucional nº 85, de 26 de fevereiro de 2015; e altera as Leis nºs 10.973, de 2 de dezembro de 2004, 6.815, de 19 de agosto de 1980, 8.666, de 21 de junho de 1993, 12.462, de 4 de agosto de 2011, 8.745, de 9 de dezembro de 1993, 8.958, de 20 de dezembro de 1994, 8.010, de 29 de março de 1990, 8.032, de 12 de abril de 1990, e 12.772, de 28 de dezembro de 2012.	Deputado Bruno Araújo e outros Deputados	CCJ
Mineração	PEC 53/2014	Dá nova redação aos arts 21 e 177 da Constituição Federal, para permitir que a União delegue a execução das atividades de pesquisa, lavra e comércio de minérios e minerais nucleares.	CI	CCJ
Mineração	PLS 1/2013	Altera o artigo 11 do Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 – Código de Mineração.	Senador Flexa Ribeiro	CCJ
Licenciamento Ambiental	PEC 65/2012	Acrescenta o § 7º ao art. 225 da Constituição, para assegurar a continuidade de obra pública após a concessão da licença ambiental.	Senador Acir Gurgacz e outros Senadores	CCJ
Comércio Exterior	SCD 1/2014 (PLS 189/2003)	Define os objetivos, métodos e modalidades da participação do governo brasileiro em negociações comerciais multilaterais, regionais ou bilaterais.	CD	CCJ

Regime de Terras	<u>PEC 71/2011</u>	Altera o § 6º do art. 231 da Constituição Federal e acrescenta art. 67-A ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para permitir a indenização de possuidores de títulos dominiais relativos a terras declaradas como indígenas expedidos até o dia 5 de outubro de 1988.	Sen. Paulo Bauer e outros Senadores	CCJ
Burocracia	<u>PLS 214/2014</u>	Racionaliza e simplifica atos e procedimentos administrativos dos Poderes da União e dá outras providências.	Sen. Armando Monteiro	CCJ
Burocracia	<u>PLS 35/2014</u>	Altera a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, com o intuito de desburocratizar o procedimento de reconhecimento de firma do administrado.	Sen. Magno Malta	CCJ
Burocracia	<u>PLS 252/2015</u>	Altera a Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, para determinar que os atos do Registro Público de Empresas serão objeto de decisão singular, e dá outras providências.	Sen. Delcídio do Amaral	CCJ
Reforma do Estado	<u>PEC 110/2015</u>	Altera o art. 37 da Constituição Federal, para restringir a quantidade de cargos em comissão na administração pública e estabelecer processo seletivo público.	Sen. Aécio Neves e outros Senadores	CCJ
Reforma do Estado	<u>PLS 257/2014</u>	Regulamenta o inciso V do art. 37 da Constituição, para prever os casos, condições e percentuais mínimos de preenchimento, por servidores de carreira, dos cargos em comissão na administração pública federal.	Sen. Cássio Cunha Lima	CCJ
Regulação	<u>PLS 140/2013</u>	Disciplina a celebração de contrato de gestão e desempenho entre as agências reguladoras, e o Poder Executivo Federal, nos termos do § 8º do art. 37 da Constituição Federal.	Sen. Vital do Rêgo	CCJ
Regulação	<u>PLS 241/2015</u>	Modifica o disposto no art. 5º, caput, e revoga o parágrafo único do art. 9º da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, visando fixar regras para a nomeação de diretor de agência reguladora.	Sen. Ronaldo Caiado	CCJ
Fundos de Pensão	<u>PLS 388/2015</u> <u>Complementar</u> <u>ar</u>	Altera a Lei Complementar nº 108, de 29 de maio de 2001, para aprimorar os dispositivos de governança das entidades fechadas de previdência complementar vinculadas à União, aos Estados, Distrito Federal e aos Municípios, suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas.	Sen. Paulo Bauer	CCJ
Gestão Fiscal	<u>PLS 37/2014</u>	Dispõe sobre a composição e a forma de funcionamento do Conselho de Gestão Fiscal, criado pelo art. 67 da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000.	Senadora Lúcia Vânia	CCJ
Gestão Fiscal	<u>PLS 424/2013</u>	Dispõe sobre a composição e a forma de funcionamento do Conselho de Gestão Fiscal, criado pelo art. 67 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).	Senador Fernando Collor	CCJ
Patrimônio da União	<u>PLS 256/2011</u>	Altera a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, que dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, altera dispositivos dos Decretos-Leis nºs 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987, regulamenta o § 2º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências, para dispor sobre a transferência de bens imóveis da União ao Distrito Federal e aos Municípios.	Senador Walter Pinheiro	CCJ
Estatais	<u>PLS 238/2009</u>	Regulamenta os §§ 1º e 3º do art. 173 da Constituição Federal, para instituir o estatuto jurídico da empresa pública e da sociedade de economia mista que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços, bem como de suas subsidiárias.	Senador Alvaro Dias	CCJ
Gestão Fiscal	<u>PEC 83/2015</u>	Acrescenta o art. 166-A à Constituição Federal, para dispor sobre a Autoridade Fiscal Independente.	Senador Renan Calheiros e outros Senadores	CCJ
Gestão Fiscal	<u>PEC 51/2012</u>	Acrescente-se o seguinte art. 98 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir a desvinculação de receitas dos Estados e do Distrito Federal.	Senador Lobão Filho e outros Senadores	CCJ

Patrimônio da União	<u>PEC 50/2015</u>	Altera o art. 20 da Constituição Federal, para possibilitar a alienação da propriedade dos terrenos de marinha e dos seus acrescidos, e acrescenta ao texto constitucional o art. 168-A para dispor sobre a destinação dos recursos resultantes da alienação.	Senador Romero Jucá e outros Senadores	CCJ
Patrimônio da União	<u>PEC 53/2007</u>	Revoga o inciso VII do art. 20 da Constituição e o § 3º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para extinguir o instituto do terreno de marinha e seus acrescidos e para dispor sobre a propriedade desses imóveis.	Senador Almeida Lima e outros Senadores	CCJ
Patrimônio da União	<u>PEC 71/2013</u>	Altera o inciso VII do art. 20 da Constituição Federal, para retirar da dominialidade da União os terrenos de marinha e acrescidos que especifica.	Senador Ricardo Ferraço e outros Senadores	CCJ
Estatais	<u>PLS 420/2014 - Comp</u>	Institui o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços, nos termos dos §§ 1º e 3º do art. 173 da Constituição Federal.	Senador José Sarney	CCJ
Pacto Federativo	<u>PEC 41/2014</u>	Fixa as alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), nas operações e prestações interestaduais, institui compensação financeira para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, cria o Fundo de Desenvolvimento Regional – FDR, com a finalidade de financiar a execução de projetos de investimento com potencial efeito multiplicador sobre a região e dinamização da atividade econômica local, altera o inciso IV e revoga o inciso V do § 2º do art. 155 da Constituição Federal.	Senador Walter Pinheiro e outros Senadores	CCJ
Licitações	<u>PLS 559/2013 - 1ª autuação</u>	Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.	Comissão Temporária de Modernização da Lei de Licitações e Contratos	CCJ
Previdência Social	<u>PEC 10/2008</u>	Estabelece idade mínima para a concessão de aposentadoria no regime geral de previdência social, bem como regra de transição	Senador Paulo Paim e outros Senadores	CCJ